



PORTFÓLIO

Euro Defense Portugal

ESTÁGIO ACADÉMICO EURODEFENSE-PORTUGAL

2024

A Estratégia Industrial de Defesa Uma Análise Preliminar

Autoria

Bárbara Inácio Dias

Marta Dias

Tomás Ferraz

Com a colaboração de

João Maurício

Coordenação

TGen António Fontes

Ramos



Índice

Lista de Abreviaturas	2
1. Introdução	3
1. Enquadramento.....	4
2. O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz.....	6
a. Os Mecanismos de Athena e de Apoio à Paz em África.....	6
b. O MEAP e a Ucrânia	8
3. A Estratégia Industrial de Defesa.....	9
a. Objetivo e parâmetros	9
b. Correlação entre MEAP e EDIS	12
c. Desafios e Oportunidades	13
4. Considerações Finais.....	16
a. Desafios e dificuldades	16
b. O Caso de Portugal	18
5. Bibliografia e Webgrafia.....	22

Lista de Abreviaturas

BEI - Banco Europeu de Investimento

BTIDE - Base Tecnológica e Industrial Europeia de Defesa

EDIP - Programa Europeu para a Indústria de Defesa

EDIS - Estratégia Industrial de Defesa Europeia

FAST - Fundo para Acelerar a Transformação da Cadeia de Abastecimento de Defesa

MEAP - Mecanismo Europeu de Apoio à Paz

ONU - Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCSD - Política Comum Segurança e Defesa

PESC - Política Externa e de Segurança Comum

RNB - Rendimento Nacional Bruto

SEAP - Estrutura para o Programa Europeu de Armamento

UE - União Europeia

1. Introdução

Com a recente agressão injustificada da Rússia contra a Ucrânia, o cenário de conflito de alta intensidade voltou a assombrar o continente europeu. Este contexto de instabilidade geopolítica levou a União Europeia a reforçar os seus mecanismos de apoio à paz e a desenvolver uma estratégia industrial de defesa mais integrada e eficaz.

Este trabalho propõe-se a explorar detalhadamente a Estratégia Industrial de Defesa da União Europeia (EDIS) , iniciando com uma análise do contexto internacional atual. Serão examinados os principais eventos e dinâmicas que moldam a segurança global, com um enfoque especial na invasão da Ucrânia e suas implicações para a Europa. Em seguida, o trabalho abordará o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP), um instrumento chave para a consolidação da paz e da segurança na região.

A partir deste enquadramento, a discussão centrar-se-á na EDIS. Serão analisados os seus objetivos, os componentes estruturais e a importância de uma indústria de defesa integrada e eficiente para a segurança europeia. A estratégia será avaliada em termos de inovação tecnológica, cooperação entre estados-membros, e a capacidade de resposta a novas ameaças e desafios.

Finalmente, o trabalho identificará os principais desafios e oportunidades que a EDIS enfrenta na atual conjuntura internacional. Questões como o financiamento, a partilha de tecnologia, a sustentabilidade e a resiliência da cadeia de abastecimento serão discutidas para proporcionar uma visão crítica e abrangente das possibilidades e limitações da estratégia. Ademais, focar-se-á no papel chave que Portugal poderá exercer na Indústria de Defesa Europeia.

Com esta análise, pretendemos fornecer uma visão abrangente e crítica sobre a Estratégia Industrial de Defesa, sublinhando a sua relevância para a segurança e estabilidade da União Europeia num mundo cada vez mais complexo e interconectado.

1. Enquadramento

A Estratégia Industrial de Defesa da União Europeia (EDIS¹) surge num panorama internacional perigoso e instável com desafios e ameaças graves e imprevisíveis à segurança global. Os eventos geopolíticos da última década alteraram o cenário da segurança que vivíamos e exigem, cada vez mais, a disponibilidade de capacidades de defesa efetivas que os europeus foram perdendo perante expectativas de um mundo mais estável.

Face à rápida degradação do contexto de segurança europeia em especial depois da invasão da Geórgia em 2008, da Crimeia em 2014 e da Ucrânia em 2022, é hoje comumente considerado que a resposta atual às necessidades de defesa só é compaginável com um esforço específico e uma cooperação mais estreita, eficiente e estruturada entre os estados-membros da União Europeia.

A invasão da Rússia à Ucrânia, no ano de 2022, veio destabilizar de forma irremediável os princípios do direito e da ordem internacional. A soberania da Ucrânia foi violada e, concomitantemente, despoletou memórias da Guerra-Fria, para além de expor as vulnerabilidades europeias. A necessidade de reforçar a capacidade de defesa da Europa tornou-se evidente, mas sobretudo ficou patente a impreparação e mesmo a incapacidade industrial europeia para produzir, em tempo, as capacidades em falta na Europa, ou até para fornecer os equipamentos e munições para cumprir o desiderato de apoiar a defesa da Ucrânia. A necessidade de recorrer à rápida importação de sistemas de defesa, veio além disso mostrar a vulnerabilidade e dependência de fluxos comerciais que não controlamos e não são garantidos em tempos de crise.

Contudo, não foi apenas a invasão à Ucrânia que levou à criação da EDIS. O aumento das tensões militares noutros locais como no Pacífico nomeadamente no mar do sul da China, os conflitos que se arrastam no Médio Oriente e podem escalar para um grave conflito regional, ou em África onde o apoio da UE se estendeu até Moçambique, a braços com uma insurgência e ações graves de terrorismo, até os ataques cibernéticos diários sobre instituições e países europeus, ilustram as fontes de insegurança que se fazem sentir na Europa. Os desafios globais, como a pandemia e as alterações climáticas, agravam e destabilizam a ordem mundial.

¹ Do Inglês: European Defense Industrial Strategy (EDIS)

A UE tem vindo a responder a estas situações frequentemente através de medidas avulsas, como foi a de constituir um fundo próprio para apoiar a União Africana – O Mecanismo de Apoio à Paz em África - para que esta desenvolva as suas próprias Instituições que promovem a segurança e a estabilidade, ou mesmo para financiar algumas das missões de Apoio à Paz africanas, ou para apoiar a Ucrânia.

A invasão da Ucrânia suscitou, porém, outras necessidades de apoio que se alargaram à cedência de equipamentos e munições que foi necessário adquirir no exterior por não termos capacidade para a sua produção em termos do mercado único europeu. Neste enquadramento, a UE constatou a necessidade de uma abordagem mais alargada e sistemática para a defesa, começando no estímulo à capacidade de produção industrial, com o intuito de promover segurança e assegurar a paz.

A EDIS ergue-se, portanto, para fazer face a estes desafios globais, pela consolidação da base tecnológica e industrial de defesa europeia (BTIDE). Esta Estratégia, foca-se na criação de condições para que o estímulo ao desenvolvimento BTIDE parta do esforço dos Estados Membros em consumir os produtos produzidos na Europa. Para isso apoia a aquisição colaborativa que visa adquirir em conjunto equipamentos que, individualmente, nomeadamente devido ao custo, cada EM tem mais dificuldade em adquirir. Assim a EDIS tem como um dos objetivos que até a 2030 pelo menos 40% do equipamento de defesa seja adquirido de forma colaborativa.

O outro parâmetro essencial prende-se com a orientação dos orçamentos de defesa para os produtos da BTIDE mesmo quando os países os adquirem individualmente. O que permitiria ultrapassar as produções e aquisições internas que tendem a duplicar os sistemas existentes na Europa. É conhecido o facto de os EUA terem só um modelo de CC, perante 17 existentes na Europa. O que naturalmente torna mais difícil a sua atuação conjunta e a sua sustentação em operações que exige diversas cadeias logísticas de peças sobresselentes. Assim a EDIS estimula a reordenação das empresas de defesa e propõe que, até 2030, pelo menos 50% do orçamento de aquisições de defesa dos Estados-Membros seja dedicada à Base Tecnológica e Industrial Europeia de Defesa, e até 60% em 2035.

Antes, porém, de descrever com mais detalhe esta nova Estratégia, o capítulo seguinte procura também justificá-la pela necessidade de reunir num só processo várias ações avulsas que foram adotadas ao longo do tempo.

2. O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz

a. Os Mecanismos de Athena e de Apoio à Paz em África

O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP) é um instrumento criado para fortalecer a capacidade da União Europeia (UE) de prevenção de conflitos, construção e preservação da paz, simultaneamente reforçando a sua segurança e estabilidade a nível internacional.

Foi criado a 22 de março de 2021, por decisão do Conselho da União Europeia, e veio substituir e alargar os antigos instrumentos financeiros neste domínio, nomeadamente, o Mecanismo Athena e o Mecanismo de Apoio à Paz em África e funciona em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos e o direito internacional humanitário.

O Mecanismo Athena² foi estabelecido em 2004 para financiar os “custos comuns” das operações da EU com implicações militares e de defesa. Como é sabido, são os Estados Membros (EM) que custeiam as operações das suas unidades e dos seus meios militares envolvidos em operação da EU. Porém, em cada Operação, existem custos que são comuns e não podem ser assacados a nenhum EM. É o caso das estruturas de comando, de logística para sustentação geral ou de comunicações comuns. As verbas do Mecanismo Athena que custeiam essas despesas, vieram resolver esta questão, segundo um processo previsível.

Entretanto, na mesma altura, foi detetada a necessidade da UE apoiar financeiramente, de forma mais sistemática, o esforço da União Africana e suas Organizações Regionais para promover a paz e segurança no continente africano, onde por falta de verbas havia limitações para conduzir ações locais visando a preservação da paz, mas que, no fundo, eram também do interesse para a segurança e paz na região e nomeadamente da EU.

Foi então criado, em 2004, o Mecanismo de Apoio à Paz em África³. A experiência ditou a necessidade deste fundo para além de apoiar a execução de Operações de Apoio à Paz (a sua componente mais significativa), contribuir também para apoiar o desenvolvimento das próprias estruturas orgânicas de conceção, como é o caso da “Arquitetura Africana de Paz e Segurança” e mesmo de estruturas de alerta e prevenção, como é o caso do “Mecanismo de Resposta Precoce” e respetivos processos de mediação. Enfim, o apoio financeiro europeu em prol do

² Informação adicional em <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/european-peace-facility/>

³ Para mais informação ver: “African Peace Facility” em

https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/sede/dv/sede120710comafriapeacefacility_/sede120710comafriapeacefacility_en.pdf

apoio à paz e segurança foi adquirindo com o tempo, componentes mais diversificados e complexos.

O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP) veio substituir e alargar os antigos instrumentos financeiros avulsos nomeadamente, o Mecanismo Athena e o Mecanismo de Apoio à Paz em África e funciona em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos e o direito internacional humanitário.

O MEAP financia, pois, missões, operações e medidas de assistência que beneficiem países parceiros e organizações regionais e internacionais e sejam do interesse para a segurança internacional. Estas medidas podem incluir o fornecimento de equipamento no domínio militar e da defesa, infraestruturas e apoio técnico.

A autoridade do MEAP é dirigida pelo Comité do Mecanismo composto por representantes de cada Estado-Membro da UE e presidido pelo representante da Presidência do Conselho. As responsabilidades do Comité passam por adotar o orçamento anual do MEAC e as regras de execução das despesas no seu âmbito. A gestão do MEAC passam por um administrador das operações, pelo comandante da operação de cada uma das operações e missões, por um administrador das medidas de assistência e pelos contabilistas responsáveis por cada um dos pilares.

Todos os Estados-Membros da UE contribuem para o financiamento das operações militares no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Atualmente existem dez operações militares ativas da UE e uma missão civil e militar financiadas pelo MEAP.

O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz é um fundo cujo valor ultrapassa os 17 mil milhões de euros, financiado fora do orçamento da UE que abrange um período de sete anos (2021-2027). O seu mecanismo único destina-se a financiar todas as ações ao abrigo da Política Externa e de Segurança Comum (PESC). As contribuições realizadas por cada Estado-Membro são determinadas segundo uma chave de repartição baseada no rendimento nacional bruto (RNB).

O MEAP reúne dois pilares de financiamento num único instrumento, simplificando os procedimentos de tomada de decisão, conferindo mais unidade e coerência às ações da UE neste contexto: o pilar «operações» e o pilar «medidas de assistência».

- “Operações” – financia os custos comuns das missões e operações da PCSD – com implicações no domínio militar ou da defesa –, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 4, e o artigo 43.º, n.º 2, do Tratado da União Europeia.
- “Medidas de Assistência” – financiamento de países terceiros e organizações regionais ou organizações internacionais, conforme os artigos 28.º e 30.º do Tratado da União Europeia. O seu financiamento visa o reforço das capacidades militares e de defesa e o apoio dos aspetos militares de operações de apoio à paz.

b. O MEAP e a Ucrânia

A invasão da Ucrânia suscitou novas necessidades para apoiar a defesa própria do país nos termos do artigo 51º da Carta das Nações Unidas. Para este fim e entre os anos de 2022 ao início de 2024 a UE mobilizou 11.1 mil milhões de euros ao abrigo do MEAP. Foi criada a Missão de Assistência Militar da União Europeia de apoio à Ucrânia (EUMAM Ucrânia) com o objetivo de reforçar a resiliência das forças armadas ucranianas e proteger a população civil da decorrente agressão militar russa.

As medidas de assistência acordadas ao abrigo do MEAP têm sido essenciais à sobrevivência e defesa da Ucrânia. Financiam o fornecimento de equipamento e material militar, letal e não letal, incluindo sistemas de armas e munições assim como equipamento de proteção individual e coletivo.

O MEAP, apesar de ser um mecanismo eficaz, demonstrou ser insuficiente para responder às necessidades da defesa da UE a longo prazo. Nesse âmbito, foi criado outro instrumento para capacitar a União nas matérias de defesa e segurança, a Estratégia Industrial de Defesa.

3. A Estratégia Industrial de Defesa

a. Objetivo e parâmetros

Foi em março de 2024, que a Comissão Europeia apresentou a sua primeira Estratégia Industrial de Defesa (EDIS)⁴, considerada como um marco fundamental na busca por uma Europa mais forte e autónoma, estabelecendo uma visão para a política industrial de defesa europeia até 2035.

Num contexto geopolítico cada vez mais complexo, marcado pelo retorno da guerra ao continente europeu, esta estratégia inovadora define um conjunto de ações ambiciosas para reforçar a competitividade e a colaboração da base industrial de defesa europeia, promovendo e fomentando o acesso a tecnologias e equipamentos de última geração.

A EDIS estabelece três parâmetros ambiciosos a serem alcançados até 2030⁵:

- Estabelece, em primeiro lugar, que pelo menos 40% do equipamento de defesa seja adquirido de forma colaborativa pelos Estados-Membros, de modo a otimizar recursos, impulsionar a interoperabilidade entre as forças armadas europeias e aumentar a eficiência da ação europeia. Esta é uma conhecida vulnerabilidade europeia. A aquisição colaborativa contribuirá para reduzir custos e evitar duplicações desnecessárias em processos de aquisição, e produção, liberando recursos para outros investimentos na área da defesa.
- Refere que, até 2030, o valor do comércio de defesa intra-UE represente, pelo menos, 35% do valor do mercado de defesa da EU. %, com a finalidade de fortalecer o mercado único no setor, eliminando, assim, barreiras comerciais e facilitando a circulação de produtos entre os Estados-Membros. Note-se que a promoção do mercado único de defesa estimulará a competitividade das empresas europeias, impulsionando a inovação e o desenvolvimento de tecnologias de defesa de última geração.
- Finalmente, a EDIS propõe que, até 2030, pelo menos 50% do orçamento de aquisições de defesa dos Estados-Membros deve ser dedicado à Base Tecnológica e Industrial Europeia de Defesa, e até 60% em 2035. O reforço dos investimentos nacionais no setor permitirá estimular a capacidade de pesquisa europeia, e potenciará o desenvolvimento e a produção de tecnologias de última geração. Ademais, o aumento dos investimentos contribuirá para

⁴ “A new European Defence Industrial Strategy: Achieving EU readiness through a responsive and resilient European Defence Industry”, disponível em: https://defence-industry-space.ec.europa.eu/edis-joint-communication_en

⁵ “First ever defence industrial strategy and a new defence industry programme to enhance Europe's readiness and security” disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_24_1321

a modernização das forças armadas europeias e para a sua preparação para enfrentar os desafios de segurança atuais.

De modo a alcançar estes objetivos, a EDIS estabelece um plano de ação abrangente. No tocante à potencialização do investimento conjunto europeu, sob o lema “Investir mais, melhor, juntos”, propõe uma nova função conjunta de programação e aquisição, a partir da criação de um Conselho de Prontidão Industrial de Defesa (*Defense Industrial Readiness Board*) e de um Grupo de Alto-Nível da Indústria Europeia de Defesa (*high-level European Defense Industry Group*). Simultaneamente, a EDIS propõe o fornecimento de apoio aos Estados-Membros para incentivar a cooperação na aquisição de equipamentos da Base Tecnológica e Industrial de Defesa.

Cumprir notar que este apoio financeiro pode assumir a forma de subsídios, empréstimos ou garantias, facilitando a compra de equipamentos de empresas europeias. Em seguida, a Estratégia propõe o fortalecimento da Estrutura para o Programa Europeu de Armamento (SEAP), que apoia a cooperação em pesquisa e desenvolvimento de equipamentos de defesa entre os Estados-Membros.

Finalmente, a EDIS refere a preparação de um Mecanismo Europeu de Vendas Militares que poderá simplificar o processo de exportação de equipamentos de defesa europeus, tornando a indústria europeia mais competitiva no mercado global. De igual modo, incentiva o lançamento de Projetos Europeus de Defesa de Interesse Comum. Estes projetos reúnem empresas e instituições de pesquisa de diferentes países da UE para desenvolver conjuntamente tecnologias e equipamentos de defesa de ponta.

Sob o lema “Uma Indústria de Defesa Europeia Responsiva e Inovadora” a EDIS prevê o apoio ao investimento e o reforço de capacidades de produção, capazes de se adaptar a necessidades em constante mudança, de que destaca o apoio à produção de *drones*, ou veículos aéreos não tripulados (VANTs), bem como a redução de burocracias e procedimentos administrativos nas aquisições de armamento e o reconhecimento mútuo de licenças entre Estados-Membros, reduzindo a dependência de fornecedores externos. Nesse contexto, reconhece o papel essencial que pequenas e médias empresas (PMEs) e de empresas de média capitalização (Mid-Caps) desempenham na inovação da indústria de defesa, e propõe a criação de um Fundo para Acelerar a Transformação da Cadeia de Abastecimento de Defesa (FAST) para apoiar o seu crescimento e competitividade.

Estabelece, ainda um regime de segurança de abastecimento da EU para mitigar potenciais interrupções na cadeia de abastecimento de materiais e componentes críticos para a produção

de equipamentos e de defesa, e define o apoio contínuo à pesquisa e desenvolvimento de capacidades disruptivas, das quais destaca a inteligência artificial e os sistemas autônomos. Finalmente, a EDIS propõe a criação de um Escritório de Inovação e Defesa da UE em Kiev, na Ucrânia, visando fomentar a colaboração em pesquisa e desenvolvimento de defesa, para além de apoiar a indústria de defesa ucraniana.

No âmbito do desenvolvimento de uma cultura de resposta rápida para a defesa em todas as políticas da UE, a EDIS propõe que o Banco Europeu de Investimento (BEI), instituição responsável pela concessão de empréstimos, reveja as suas políticas a nível de crédito, e, de modo geral, prevê a promoção da indústria de defesa no setor financeiro, de modo a facilitar o acesso ao capital necessário para o desenvolvimento das suas iniciativas. Estabelece, ainda, a inclusão (ou manutenção) de capacidades de resposta rápida em matérias de defesa como um objetivo explícito em programas futuros da UE. Isso significaria que considerações a nível da defesa passariam a ser um fator relevante na alocação de recursos e na definição de prioridades em diversas áreas.

A EDIS reconhece que a cooperação com parceiros estratégicos internacionais é essencial para fortalecer a sua indústria de defesa. Assim, propôs a participação da Ucrânia nos seus programas de Defesa, nomeadamente no SEAP, e a realização de um Fórum EU-Ucrânia sobre a Indústria de Defesa em 2024, realizado a 6 de maio do corrente, que serviu como plataforma para empresas, instituições na área da pesquisa e autoridades governamentais discutiram oportunidades de cooperação. Ademais, a EDIS estabelece o objetivo de intensificar o diálogo com a OTAN (Organização do Tratado Atlântico Norte), visando uma melhor coordenação de esforços e o desenvolvimento de uma abordagem mais coesa em relação à indústria de defesa.

Pese embora proponha um conjunto de iniciativas ambiciosas para fortalecer a indústria de defesa europeia, a EDIS reconhece que o seu desenvolvimento requer o financiamento adequado. Deste modo, propõe a criação de um novo Programa Europeu da Indústria de Defesa (EDIP) com um orçamento inicial de €1,5 mil milhões para o período de 2025-2027 que apoiará financeiramente projetos de pesquisa e desenvolvimento, colaboração industrial transfronteiriça e inovação tecnológica na área de defesa. Na eventualidade do orçamento inicial não ser suficiente para financiar todas as iniciativas cobertas pela Estratégia a longo prazo, a EDIS propõe a manutenção de diálogo com os Estados-Membros no contexto da preparação do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), com o objetivo de chegar a um acordo sobre um nível de financiamento sustentável.

Infere-se, assim, que a EDIS representa um marco fundamental na construção de uma Europa mais forte e autónoma em matéria de defesa.

Ao estabelecer uma visão estratégica para o setor até 2035, a EDIS define um conjunto de ações ambiciosas para reforçar a competitividade, a colaboração e a inovação da base industrial de defesa europeia. Os ambiciosos objetivos da EDIS, destacando o aumento da aquisição colaborativa de equipamentos de defesa, aliado ao crescimento exponencial do comércio intra-UE e o direcionamento de uma parcela significativa do orçamento de aquisições para a Base Tecnológica e Industrial Europeia de Defesa, demonstram o compromisso europeu com o desenvolvimento de uma indústria de defesa resiliente e autónoma. Esta reflexão demonstra também que, ao investir na sua indústria de defesa, a Europa estará mais bem preparada para enfrentar os crescentes desafios securitários que caracterizam o contexto geopolítico internacional de modo a defender os seus valores e interesses e a garantir a sua segurança e prosperidade.

b. Correlação entre MEAP e EDIS

O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz e a Estratégia Industrial de Defesa da União Europeia são instrumentos diferenciados, contudo, há uma complementaridade entre ambos com o objetivo comum de fortalecer a segurança e a defesa da Europa.

O MEAP pode ser utilizado para financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e capacidades de defesa que podem, futuramente, ser incorporadas na indústria de defesa da UE.

O MEAP fornece ainda financiamento às operações militares da União, e, pode ainda financiar projetos de pesquisa e desenvolvimento a ser integrados na EDIS e tem a capacidade de fornecer apoio direto a países terceiros, fortalece a indústria de defesa europeia ao criar a procura de produtos e serviços que, anteriormente, foram desenvolvidos pela indústria de defesa europeia.

Por sua vez, a EDIS pode auxiliar o MEAP no acesso a uma base industrial de defesa robusta e competitiva, com capacidade de fornecimento de produtos e serviços necessários para as missões e operações da União Europeia, fortalecendo a base tecnológica e industrial da defesa europeia.

Concisamente, o MEAP é um instrumento da UE que se foca em ações imediatas para combater crises enquanto a EDIS foca-se na estratégia a longo prazo com o fortalecimento da base industrial de defesa europeia. A criação da EDIS decorre no âmbito do reconhecimento da insuficiência do MEAP como meio de resposta às necessidades de defesa da Europa, a EDIS aborda os desafios enfrentados pela indústria de defesa europeia de forma a garantir a defesa dos seus interesses eficaz e autonomamente.

c. Desafios e Oportunidades

A Estratégia Industrial de Defesa da União Europeia constitui um passo importante no empenhamento da União Europeia para responder às limitações e insuficiências estruturais de Segurança e Defesa da Europa. Na base desta primeira Estratégia Industrial de Defesa está o incentivo à competitividade entre os Estados-Membros, mais investimento e, essencialmente, o incentivo à cooperação entre os EM's para a aquisição conjunta de equipamentos militares. É legítimo considerar que a nova Estratégia Industrial de Defesa da UE é em parte proporcionada pela invasão russa injustificada à Ucrânia. A visão a longo prazo desta estratégia que promove a competitividade entre os estados-membros, visa essencialmente fortalecer a cooperação e a autonomia tecnológica da EU, como no aumento do orçamento de Defesa. (Comissão Europeia, 2024). No entanto, o futuro da Estratégia pode enfrentar alguns desafios.

Sendo esta a primeira estratégia industrial de defesa da União Europeia, as limitações vão além da sua implementação técnica. Numa altura em que a cooperação entre Estados-membros é essencial à segurança da Europa, a harmonização legislativa, a interoperabilidade do sistema de defesa e a dependência estratégica são três pontos fundamentais para que a estratégia seja bem implementada. Mesmo que, os objetivos traçados pela União Europeia até 2030 sejam reduzir a dependência militar, financeira, energética e tecnológica de terceiros, e sendo esta Estratégia o mecanismo central da soberania estratégica da União Europeia, as cadeias de abastecimento estarão sempre vulneráveis a transformações geopolíticas e económicas. Seguindo o exemplo dos ataques dos Houthis do Iémen, que são um risco à segurança marítima, desde o Estreito de Bab al-Mandab, e que ameaçam as rotas comerciais, afetam gravemente a cadeia de abastecimento da Europa, a exportação e importação de bens e, conseqüentemente, a sua economia.

Desta forma, é fulcral que a União Europeia e os seus Estados-membros consigam enfrentar os desafios mencionados e implementar com sucesso a Estratégia Industrial de Defesa. A autonomia da Europa depende destes mecanismos e da forma como estes serão aplicados.

No que diz respeito à interoperabilidade do sistema de defesa, os gastos dos países membros da UE com a defesa atingiram o valor recorde de 270 mil milhões de euros em 2023, mas continuam a existir graves lacunas. Além disso, existe uma carência de munições e capacidades

de Sistemas de Intelligence, Vigilância e Reconhecimento (ISR). Torna-se claro que uma maior cooperação entre os governos europeus e as indústrias de defesa é essencial, trazendo vantagens como a diminuição da redundância de equipamentos, o incremento da eficiência produtiva e a redução de custos associados. A compra conjunta de armamento militar e de capacidades de Defesa poderá mitigar este fosso entre os diferentes Estados-membros, por exemplo, na compra de armas ou na produção de munições. A ser executada com sucesso, a EDIS lançará as bases para um “mercado único militar”, uniformizando o seu equipamento militar e priorizando o fabrico europeu – que funcionou bem com a aquisição comum de vacinas na Pandemia de COVID-19 – promovendo a economia europeia, como refere Thierry Breton, comissário para o Mercado Interno.

Por outro lado, a harmonização legislativa é um desafio que a União Europeia tem de enfrentar. Os interesses nacionais e o protecionismo têm dificultado uma colaboração eficaz. Entre 2021 e 2022, apenas 18% do investimento total em equipamentos na Europa foi colaborativo. Não obstante, a estratégia prevê a necessidade de alinhar as leis e os processos burocráticos entre os Estados-membros para facilitar a interoperabilidade dos sistemas de defesa.

Um outro desafio significativo é a necessidade de cooperação e partilha de recursos entre os Estados-membros. As forças armadas europeias operam com 17 tipos diferentes de carros de combate e 20 modelos distintos de caças, em contraste com os Estados Unidos, que mantêm um único modelo de carro de combate e seis tipos de caças. Tal prolixidade resulta na necessidade de aumentar a disponibilidade de peças sobressalentes, torna as cadeias de abastecimentos mais complexas e os sistemas de produção e logística mais específicos e limitados, o que leva a custos substancialmente mais elevados. Consideramos, pois, que os Estados Europeus, no que toca à cooperação e matéria de colaboração, da qual a segurança europeia depende, têm de começar a pensar “europeu” e não apenas a nível nacional. Estima-se que a falta de cooperação na Europa em matéria de defesa custe dezenas de biliões de euros por ano. O futuro da Europa faz-se a nível cooperativo, mantendo cada Estado a sua soberania, porém contribuindo para a soberania estratégica da União Europeia. (Comissão Europeia, 2024)

Em síntese, a Estratégia delinea objetivos e etapas a serem alcançados pelos países da União Europeia até 2030. As metas estabelecidas são:

- Realizar a compra conjunta de, no mínimo, 40% do equipamento de defesa;
- Elevar progressivamente as aquisições provenientes da base tecnológica e industrial de defesa europeia (BTIDE), com o objetivo de destinar pelo menos 50% do orçamento para contratos públicos no âmbito da defesa na UE até 2030, e 60% até 2035;
- Fomentar o comércio interno de, pelo menos, 35% dos produtos de defesa entre os países membros da UE, em detrimento da comercialização com nações externas ao bloco europeu.

Os próximos passos na implementação da Estratégia Industrial Europeia de Defesa (EDIS) incluem:

- Conselho de Preparação: Criação de um Conselho de Preparação Industrial de Defesa para promover a cooperação em aquisições e projetos de defesa.
- Cooperação Ampliada: promover sinergias com a NATO e e outras organizações para reforçar as cadeias de abastecimento e diminuir dependências externas.

Estes passos são essenciais para alcançar os objetivos da EDIS de fortalecer a capacidade defensiva e tecnológica da União Europeia e incentivar a produção europeia. Só deste modo, para benefício de todos os envolvidos, será possível atingir a independência estratégica e garantir a soberania da Europa. (Josep Borrel, 2024)

4. Considerações Finais

a. Desafios e dificuldades

A primeira Estratégia Industrial de Defesa demonstra o empenhamento da Comissão Europeia em criar condições que melhorem a capacidade da Base Tecnológica e Industrial de Defesa para responder às necessidades europeias.

De uma forma resumida, pode dizer-se que esta Estratégia procura melhorar a capacidade europeia atuando sobretudo pelo aumento da procura, o que se entende, se consideramos que já existe um mecanismo – o Fundo Europeu de Defesa - na área da oferta. O Fundo Europeu de Defesa financia as empresas da BTIDE a 100% na área da Investigação e de 20% na área do Desenvolvimento, desde que estas se organizem em Consórcios de pelo menos 3 empresas de 3 países diferentes, o que suscita a cooperação das empresas, e investiguem e produzam artigos que obedeçam e satisfaçam as prioridades europeias.

Assim, a EDIS volta-se agora para o aumento e previsibilidade da procura incentivando, como já referido, a aquisição cooperativa de equipamentos pelos EM o que permitiria adquirir em conjunto meios e sistemas de defesa que os países individualmente podem não conseguir realizar, ao mesmo tempo que oferece uma perspetiva de médio e longo prazo à empresas indispensável para que estas invistam no desenvolvimento das suas capacidade de produção.

Considerando que na área da defesa as empresas têm como clientes essenciais os estados, para adquirir determinados produtos (satélites; sistemas estratégicos de vigilância, carros de combates, mísseis e outros), se os estados não assegurarem aquisições adequadas não se justifica a realização de investimentos privados ou públicos elevados no desenvolvimento da capacidade produtiva, se os produtos não tiverem clientes.

Naturalmente que a Estratégia Industrial de Defesa levanta também desafios e questões, nomeadamente no que toca à dificuldade da sua implementação e autonomização. Porém apesar da Estratégia parecer demasiado ambiciosa e omitir alguns pontos considerados importantes, o contexto atual torna-a incontornável para o futuro da Europa e para a colaboração entre os diferentes Estados-membros.

Uma das críticas que se pode apontar a esta Estratégia é ter subjacente uma aspiração demasiado ambiciosa e de não resolver as questões crítica do momento.

A Europa não conseguiu produzir e entregar o prometido um milhão de munições de artilharia à Ucrânia, até março deste ano, como prometido. Estima-se que apenas em 2026 será capaz de produzir anualmente esse volume de munições. O think tank britânico RUSI estima que a Rússia conseguiu aumentar a sua produção de munições para mais de 2 milhões por ano, dando-

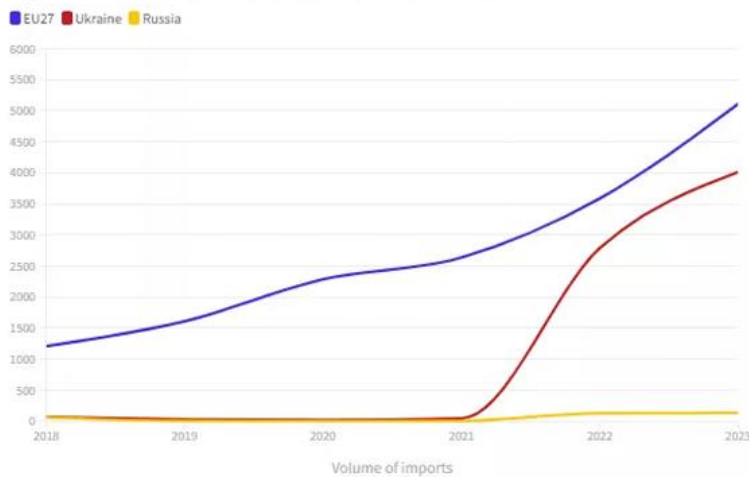
lhe uma vantagem para 2024 e possivelmente 2025. Assim, a Estratégia Industrial de Defesa Europeia aparenta, de certa forma, minimizar o desafio imediato de produzir armas e munições suficientes para a Ucrânia e a reposição dos stocks europeus, apresentando uma imagem de facilidade perante um enorme desafio imediato para a União Europeia e para os seus Estados-Membros⁶. Isto é esta estratégia foca-se no médio e longo prazo, mas não prioriza o imediato, que pode ser essencial no momento que vivemos.

Em segundo lugar, a EDIS visa uma participação cooperativa muito maior na produção e aquisição para atender às necessidades de aquisição, sem apresentar mais uma vez resposta para as questões do momento.

Na verdade, enquanto 60% das aquisições de defesa europeias foram realizadas em importações militares não pertencentes à UE durante 2006-16 (Fiott, 2019), esse número aumentou substancialmente para 78% de fevereiro de 2022 a junho de 2023, de acordo com a EDIS (Comissão e Alto Representante, 2024). A Figura 1 mostra como as importações de armas para a UE, Ucrânia e, menos nitidamente também da Rússia, aumentaram. Claramente, as importações foram necessárias e o seu aumento constitui uma parte importante da resposta militar da Europa. Sob a Estratégia Industrial de Defesa Europeia, a quota de importação seria reduzida para menos de 50% até 2030, no entanto a Estratégia não clarifica como se pode harmonizar esta redução com a ausência da capacidade de produção das empresas europeias, no curto prazo, em responder às necessidades europeias. Os desafios europeus vão para além da implementação da Estratégia. Prendem-se, da mesma forma, com a explicação à sociedade civil da importância de independência estratégica europeia, não apenas para combater a desinformação, mas para fomentar uma sociedade mais informada nas áreas da Segurança e Defesa. A realocação de fundos monetários, de outras áreas para a Defesa Nacional e Europeia e o reforço dos Orçamentos militares devem ser explicados aos cidadãos. Apontamos uma lacuna séria, neste ponto, à Estratégia Industrial de Defesa Europeia.

⁶ Guntram B. Wolff, "The European defence industrial strategy: important, but raising many questions", disponível em https://www.bruegel.org/system/files/2024-06/the-european-defence-industrial-strategy%3A-important%2C-but-raising-many-questions--9820_0.pdf

Figure 1: Arms imports (trend indicator values*)



Source: Bruegel based on SIPRI Arms Transfers Database, <https://www.sipri.org/databases/armstransfers>. Note: * the graph shows SIPRI trend-indicator values (TIV), in millions, for arms imports. This variable measures the volume of international transfers of major arms (conventional weapons), as opposed to financial value, and is an indicator of transfers of military capability. For details, see: <https://www.sipri.org/sites/default/files/files/FS/SIPRIFS1212.pdf>.

A capacidade de produção na Europa tem vindo a aumentar nos últimos dois anos, embora a uma velocidade demasiado lenta para satisfazer a procura. Dada a procura continuamente elevada por munições na Europa e o tempo necessário para aumentar a produção e reabastecer os stocks, não está claro se a quota de importação deverá diminuir, como propõe a Estratégia Industrial de Defesa Europeia. Ver a quota de importação cair para menos de 50 por cento até 2030 seria uma mudança significativa. Na prática, uma expansão da produção doméstica poderia muito bem ser acompanhada por um aumento na quota de importação, dada a elevada taxa de dependência externa de equipamento militar, como se tem visto nos últimos dois anos, não prejudicando o mercado de importações que a Europa beneficia, mas simultaneamente fomentando a base industrial de defesa europeia e a produção interna.

b. O Caso de Portugal

A economia de defesa, além de apoiar as Forças Armadas, é composta por uma variedade de entidades, empresas e centros de pesquisa. Esta economia tem um potencial significativo para impulsionar o crescimento da economia portuguesa na direção desejada: empregos mais qualificados, maior investimento em pesquisa e desenvolvimento, e maior internacionalização nas redes de valor agregado europeias e internacionais. Não podemos ter uma Defesa europeia sem uma base industrial tecnológica europeia.

A política de Defesa Nacional irá, certamente, sempre definir-se tendo como base o objetivo central, a defesa de Portugal, a defesa dos portugueses (Eurodefense, 2019), mas as empresas nacionais necessitam de se integrar no sistema geral europeu para beneficiar de experiência, financiamento, clientes e de dimensão. Parece, pois, essencial preservar as potencialidades nacionais e criar mecanismos de aproximação e integração das nossas empresas no tecido de produção europeu.

Um caso paradigmático e demonstrativo prende-se com a área do têxtil. A indústria do têxtil tem um elevado peso na economia portuguesa. Emprega mais de 130 mil trabalhadores e revela-se um setor estratégico para a construção da autossuficiência europeia. Portugal tem uma grande capacidade na Indústria tradicional, tornando-se fundamental potenciar recursos e capacidades para criar sinergias entre a indústria têxtil e a Defesa Nacional. Esta articulação permite colmatar as lacunas que se observam hoje no panorama militar nacional e europeu. Cerca de 70% dos materiais utilizados para a indústria de Defesa deveriam de ser construídos na UE. A criação de um ecossistema europeu inovador e tecnológico é necessário e urgente para a independência estratégica da Europa.

Consideremos o equipamento militar, acima referido, tendo em conta o caso de Portugal. O vestuário militar é o vetor de articulação entre a Indústria têxtil e a Defesa. Dos fios técnicos e dos tecidos, ao fardamento e equipamentos de proteção, é fundamental que seja criada uma sinergia entre as empresas portuguesas desta indústria e a Defesa. Empresas como a capacidade técnica para produzir produtos nacionais acrescentam valor à cadeia de abastecimento portuguesa, criando investimentos e postos de trabalho. Empresas como a Lavoro, Damel, Riopelle e Monte Campo desenvolveram em consórcio com o Centro Tecnológico CITEVE novos equipamentos com capacidades adicionais de resistência ao calor e à chama, impermeabilidade, proteção balística e capazes de regular a temperatura do corpo. Botas com características distintas e adequadas a diferentes missões do soldado e camuflados com têxteis inovadores, que não permitem que sejam detetáveis tanto pelos sistemas de radar como por infravermelhos.

O objetivo de equipar os soldados europeus com a mais recente tecnologia é uma meta ambiciosa, com Portugal a assumir um papel de liderança. A nova geração de têxteis inteligentes representa uma revolução na tecnologia de materiais.

Estes sistemas multifuncionais têm a capacidade de monitorizar frequências cardíacas, regular a temperatura corporal e detetar fatores ambientais, como a presença de gases tóxicos. Além disso, oferecem funcionalidades adicionais, como a alteração da cor do uniforme para camuflagem adaptativa, a proteção antimicrobiana, anti manchas e antirrugas. Estes têxteis também têm a capacidade de receber e enviar mensagens.

A Agência Europeia de Defesa (EDA) lançou o projeto do soldado do futuro, com o objetivo de incorporar algumas destas características nos futuros uniformes militares.

O novo sistema permite reduzir a cablagem e os equipamentos desnecessários, através de um pacote integrado de dispositivos que diminuem o peso que o soldado tem de transportar. Isto torna o soldado mais operacional, rápido e ágil. Com Portugal na vanguarda deste desenvolvimento, a Europa está a dar passos significativos para equipar os seus soldados com o melhor que a tecnologia pode oferecer.

No entanto, é importante notar que nos últimos anos a cultura tem sido de distribuição de fundos europeus em vez de uma política autónoma de dinamização de instrumentos nacionais. Este é um aspeto que precisa ser reconsiderado à medida que avançamos para um futuro onde a tecnologia e a inovação desempenham um papel cada vez mais importante na defesa e segurança.

Os Drones têm desempenhado um papel crítico no teatro de operações da guerra na Ucrânia. A invasão russa, provocada de forma ilegítima, impulsionou o uso de novas técnicas, tendo também aumentado a complexidade da guerra moderna e do seu Modus Operandi. As capacidades militares clássicas de artilharia foram articuladas por sistemas tecnológicos autónomos e por Aeronaves não-tripuladas. Os tanques de guerra e os aviões de combate deixaram de ocupar um lugar central nos conflitos atuais, o que deu lugar à tecnologia e à inovação.

Através de novas tecnologias altamente qualificadas, como o desenvolvimento da Inteligência Artificial, surgiram novas oportunidades para a indústria de Defesa da União Europeia. A Tekever, representa um exemplo de sucesso na economia de Defesa. É reconhecida pelo desenvolvimento de tecnologias inovadoras nas áreas de comunicação, aeronáutica, espaço e segurança, demonstrando como a inovação e o empreendedorismo podem fortalecer a capacidade de defesa do país. (CIP, 2024) Fundada em 2001, a Tekever, lidera, atualmente o mercado em tecnologia e serviços de sistemas não tripulados. Atua em projetos inovadores e únicos, que colocam Portugal com um elevado valor na cadeia de transformação tecnológica.

Desde 2022, fornecem tecnologia não tripulada (Drones), nomeadamente o modelo AR5, operada no terreno por diferentes forças ucranianas em missões de reconhecimento e vigilância de longo alcance.

Assim, é certo que Portugal exerce um papel robusto na Indústria de Defesa da Europa, no entanto é importante salientar que a visão estratégica e a colaboração são essenciais para colocar o nosso país num preponderante ator europeu.

A cooperação eficaz entre a indústria têxtil e tecnológica e a Defesa Nacional exige a criação de sinergias entre os centros de decisão nacionais e europeus, as empresas e os centros de pesquisa tecnológica e científica. A coordenação dos vários atores envolvidos e a transmissão oportuna de informações à indústria nacional são requisitos fundamentais para garantir a participação efetiva de Portugal em projetos de defesa.

5. Bibliografia e Webgrafia

European Council (2024) EU cooperation on security and defence. Available at: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/defence-security/> (Accessed: 25 May 2024).

European Commission (2024) *European Defence Industrial Strategy*. Available at: https://defence-industry-space.ec.europa.eu/document/download/333faee1-a851-44a6-965b-713247515d39_en?filename=DEFIS_EDIS_factsheet.pdf (Accessed: 15 May 2024).

High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy (2024) *Edis joint Communication.pdf - defence industry and space*. Available at: https://defence-industry-space.ec.europa.eu/document/download/643c4a00-0da9-4768-83cd-a5628f5c3063_en?filename=EDIS+Joint+Communication.pdf (Accessed: 15 May 2024).

idP Portugal (2024) *Comissão Europeia apresenta nova estratégia de indústria de defesa, idD Portugal Defence*. Available at: <https://www.idoportugal.pt/comissao-europeia-apresenta-nova-estrategia-de-industria-de-defesa/> (Accessed: 20 May 2024).

Silva, R. (2024) *A Primeira Estratégia Industrial de Defesa da União Europeia, Observador*. Available at: <https://observador.pt/opiniao/a-primeira-estrategia-industrial-de-defesa-da-uniao-europeia/> (Accessed: 20 May 2024).

Von der Leyen, U. (2023) *2023 State of the Union Address, European Commission - European Commission*. Available at: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/speech_23_4426 (Accessed: 17 May 2024).

Estratégia Industrial de Defesa Europeia (2024, 5 de março). Comissão Europeia. Available at : de https://commission.europa.eu/news/first-ever-european-defence-industrial-strategy-enhance-europes-readiness-and-security-2024-03-05_pt

Silva, R. (2024). *Os desafios imediatos da defesa europeia. Observador*. Available at: <https://observador.pt/opiniao/os-desafios-imediatos-da-defesa-europeia/>

European Peace Facility. (n.d.). Www.consilium.europa.eu. https://www.consilium.europa.eu/en/policies/european-peace-facility/



PORTFÓLIO

Euro Defesa Portugal

ESTÁGIO ACADÉMICO EURODEFENSE PORTUGAL
2024

Seque-nos em::



@eurodefensejovem



@eurodefensejovem-portugal5469



eurodefenseportugal



linktr.ee/eurodefenseportugal



linkedin.com/company/eurodefense-
jovem-aee-edjp



@EDJPortugal

Contacta com o Euro Defesa através de:



jovem@eurodefense.pt
eurodefense@defesa.pt